



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/uso-de-mascaras/>

O fim da obrigatoriedade do uso de máscaras antecipa o fim da pandemia?

Beatriz Klimeck¹

Ralph Holzmann²

RESUMO: Diante de uma ameaça invisível aos olhos, as máscaras materializam a crise sanitária e relembram a existência do vírus, da tragédia, das mortes, da ameaça. Neste ensaio, refletimos sobre como o fim da obrigatoriedade de máscaras no país, junto à reabertura de todos os espaços públicos em plena capacidade, pode marcar o fim da pandemia – e da necessidade de cuidado – antes mesmo que se haja redução significativa na transmissão.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia. Máscaras. Covid-19.

The end of mask mandates anticipates the end of the pandemic

ABSTRACT: When facing a threat invisible to the eyes, masks materialize the sanitary crisis and remind us of the existence of the virus, the tragedy it unleashed, the deaths it caused, its looming menace. In this essay, we analyze the end of mask mandates around Brazil, accompanied by the reopening of all public spaces at their full capacity, as it might mean the end of the pandemic – and the need for safety measures – before there is significant reduction in transmission levels.

KEYWORDS: Pandemic. Masks. Covid-19.

A pandemia de Covid-19 incorporou e reatualizou diversos hábitos e práticas no cotidiano da população brasileira. Elas se fundamentam em determinada imagem do vírus e presumem certas formas de contágio. A partir de nosso desconhecimento das formas de transmissão do chamado “novo” coronavírus, as principais recomendações para a proteção relacionavam-se com a higiene das mãos e superfícies, nas quais o vírus poderia se alojar. O distanciamento recomendado entre as pessoas – às vezes dois metros, às vezes dois e meio, às vezes três – buscava driblar as gotículas de saliva que saíam da boca de uma pessoa contaminada em sua trajetória oblíqua em direção ao solo. Estes protocolos fundamentam a imagem de um vírus cuja transmissão não se dá pelo ar.

Cientistas no campo da mecânica dos fluidos, em suas muitas áreas de especialidade, contestaram os infectologistas e os protocolos mencionados, reaccessando e produzindo um volumoso corpo de evidências que argumentava que a forma principal de transmissão do vírus é aérea, através de



partículas aerossolizadas que podem permanecer em ambientes fechados por longos períodos de tempo (GREENHALGH *et al*, 2021). De oceanógrafos a engenheiros, diferentes especialistas na trajetória e permanência destas partículas ganharam projeção no cenário internacional, contestando a Organização Mundial da Saúde e os protocolos de seus países de origem.

A predominância destas medidas ainda hoje é relevante, pois atesta que sua implementação não se baseia somente em modernas conclusões “racionais”, e sim em produções de verdade que se concretizam a partir de interesses específicos em atos, máquinas, processos e rotinas.

Aderir à tese da contaminação por partículas aerossolizadas é repensar a nossa existência e a coletividade de forma muito mais profunda que posicionar totens de álcool em gel ou tapetes sanitizantes nos ambientes. É preciso olhar para o ar que respiramos e repensar nossa relação com os hermeticamente selados edifícios com climatização central, símbolos de modernidade, avanço e tecnologia. Garantir circulação de ar à atividade econômica presencial envolve exigir que os agentes econômicos invistam em infraestrutura, reformem ambientes e implementem sistemas de limpeza do ar. Para que isso fosse garantidamente executado, o investimento público teria de ser retomado, e determinada função estatal (a intervencionista) teria de ser retirada do ostracismo neoliberal e ocupar o centro da agenda.

Desta forma, essa imagem do vírus é desconfortável para a estabilidade cognitiva da produção capitalista. Sua contraface, o contágio por gotículas, assegura que essa atividade transcorra com mínimas adaptações, aproximando-se ao máximo do senso de “normalidade”. Torna-se muito mais fácil reabrir os espaços quando o protocolo não envolve monitoramento de CO₂, ventilação dos ambientes ou estratégia eficaz de testagem. Posicionar uma garrafa de álcool em gel à disposição dos que quiserem, verificar a temperatura (no pulso!) com termômetros de testa mal calibrados e registrar a higienização constante das superfícies são também performances de proteção, protocolos pensados para que as atividades possam retornar sem grandes mudanças. A fotografia abaixo registra um dos milhares de formatos de avisos sobre os protocolos sanitários vigentes afixados em estabelecimentos em todo o país:



Figura 1 – Aviso de protocolos sanitários contra a Covid-19 na porta de um estabelecimento. Fonte: Beatriz Klimeck

Inserido nesse rol de medidas, o uso de proteção facial respiratória, antes reservado apenas para contextos hospitalares ou ambientes de trabalho envolvendo poeiras, névoas e fumos, foi introduzido para toda a população, logo nos primeiros meses da chegada do SARS-CoV-2 no Brasil, também por meio da obrigatoriedade do uso em espaços públicos. Diante da possibilidade de escassez no suprimento de equipamentos de proteção individual, como máscaras cirúrgicas e respiradores PFF2/N95, a produção de máscaras de tecido foi amplamente incentivada a partir de diretrizes da OMS, fossem caseiras ou produzidas industrialmente.

Em junho de 2020, os guias da OMS sobre o uso de máscaras passaram a incluir o “uso coletivo e preventivo” de máscaras não-médicas, ou seja, máscaras de tecido. Falar em uso preventivo, aqui, não tratava de prevenção individual: máscaras de tecido seriam eficazes somente na função de controle da fonte, protegendo o grupo de um sujeito potencialmente infectado. Na tabela que segue o guia de julho, faz-se possível notar que máscaras médicas são apenas recomendadas para pessoas acima de sessenta anos e pessoas com comorbidades, como hipertensão, diabetes, câncer ou imunossupressão, tendo, para estes casos, a função de proteção individual. Em todas as outras situações, indica-se o uso de máscaras não-médicas, sempre com a função de “controle da fonte”.



O documento passa a definir, portanto, diversas diretrizes para a produção das máscaras de tecido, como material recomendado e mínimo de três camadas.

É a partir dessa noção que o uso obrigatório de máscaras ativou formas de adesão à medida, como trabalhadores que passaram a comercializar máscaras confeccionadas localmente. Segundo a Agência Brasil, a obrigatoriedade do uso de máscaras criou oportunidade para a cadeia produtiva têxtil, afetada pela pandemia (COSTA, 2020). Apesar disso, não vemos na comunicação pública sobre o uso de máscaras a informação de que as versões de tecido não são pensadas para proteger o usuário. Ela é divulgada primordialmente como medida de prevenção, e é a partir dessa ideia que foi adotada em larga escala.

Com ampla adesão nacional, o significado coletivo da medida não se confinou a essas definições: transformando visualmente o ambiente público, as máscaras trazem aos olhos a lembrança do vírus invisível. Narizes e bocas cobertos relembram que há a necessidade de separação dos fluidos corporais, das respirações, do contato físico. Onde há desejo de diminuir ou esquecer a pandemia, há também o questionamento da obrigatoriedade do uso.

A intenção de manter a normalidade diante da crise sanitária aparece desde o primeiro pronunciamento sobre o coronavírus feito pelo presidente Jair Bolsonaro, em 24 de março de 2020:

[...] "Mas, o que tínhamos que conter naquele momento, era o pânico, a histeria e ao mesmo tempo traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão: espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com clima totalmente diferente do nosso. [...] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos têm que ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos sim voltar à normalidade." [...] (BOLSONARO, 2020).

Hoje, após a vacinação de uma parte significativa da população, o uso obrigatório de máscaras se apresenta como fronteira entre a realidade pandêmica e essa normalidade. Em 10 de junho de 2021, o presidente da república, Jair Bolsonaro, afirmou ter solicitado ao Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que buscasse embasamento para o fim do uso obrigatório de máscaras, pronunciamento amplamente criticado pela mídia e pela comunidade científica (SIMÃO, 2021). No



entanto, conforme a vacinação avançou em todos os estados do país, gestores passaram a discutir mais diretamente as medidas que flexibilizariam o uso de proteção facial nos espaços públicos.

Autores como Morawska e Milton (2020) argumentam pelo princípio da precaução (“*precautionary principle*”): mesmo que não haja consenso sobre a forma de transmissão, deveríamos aderir à proteção respiratória que protege não apenas contra gotículas, mas contra aerossóis. Argumentamos no mesmo sentido: se não há certeza de que é o momento, a máscara deveria ser mantida por precaução. Trata-se de medida efetiva e de baixo custo. Quanto vale experimentar com a vida das pessoas?

Se máscaras foram o sinalizador do início da era pandêmica, sua desobrigação pode muito bem operar como sinal de seu fim. É nisso que apostam comunicações como a da Prefeitura do Rio de Janeiro, que condicionam a flexibilização da obrigatoriedade das máscaras à porcentagem de vacinados na cidade. Quando da liberação do uso da máscara em espaços abertos, o perfil do Twitter da Prefeitura afirmou que: “com a pandemia controlada e mais de 65% dos cariocas com esquema vacinal completo, está liberado mostrar o rostinho sorridente pelas ruas da cidade.”³

Por um lado, o cenário epidemiológico favorável com a alta cobertura vacinal pode indicar a possibilidade de flexibilização das medidas sanitárias. Por outro, a retirada da obrigatoriedade do uso de máscaras em espaços públicos informa a população de que não há mais razão para cuidados individuais e que a pandemia foi superada, possibilitando o retorno à vida pré-pandemia.

Sendo a máscara facial uma medida individual que tem como objetivo proteger o outro e a si mesmo, a flexibilização de seu uso, especialmente em ambientes fechados, indica que as interações entre pessoas não oferecem mais riscos consideráveis, o que não é verdade. No entanto, sem a vacinação completa da população e sem previsão de início da campanha para crianças abaixo dos 12 anos, a retirada das máscaras tende a aumentar a circulação do vírus, mesmo em uma população com alta cobertura vacinal.

No dia 19 de julho de 2021, a Inglaterra passou a desobrigar máscaras em data que ficou conhecida como o Dia da Liberdade (“*Freedom Day*”). Com o anúncio da flexibilização na Inglaterra, cientistas publicaram no *The Lancet* uma declaração que considerava a medida



“perigosa e prematura” (GURDASANI *et al.*, 2021). O artigo fora co-assinado por dezenas de pesquisadores de diferentes áreas que se opunham à liberação, visto que, diante do cenário epidemiológico, tratar-se-ia de uma chancela para a infecção em massa.

Em 18 de outubro, o Reino Unido atingiu o maior número de novas infecções desde julho, quando a obrigatoriedade do uso de máscaras foi flexibilizada, segunda maior taxa de novos casos em números absolutos do mundo. Editorial recente na BMJ em 20 de outubro afirma que seria hora de reintroduzir medidas sanitárias (IACOBUCCI, 2021), como o trabalho em *home office* e o uso de máscaras. Mas reintroduzir tais medidas após a flexibilização não é tarefa simples, já que a comunicação foca na vacinação como estratégia para o convencimento: como convencer aqueles que se vacinaram para relaxar nas medidas que é hora de retornar com elas?

Como a obrigatoriedade não atua apenas como “regra”, e sim como uma infinidade de significados e cognições sobre a presença da pandemia, ao observar a alta de casos com a retirada das máscaras, a busca por reverter a mensagem envolve um trabalho árduo de comunicação que põe em risco a credibilidade e coerência das medidas sanitárias adotadas pelos gestores, já posta em risco frequentemente por aqueles que negam a efetividade destas.

Por esta razão, entendemos que propor o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras no Brasil hoje pode significar adiantar o anúncio do fim da pandemia. Liberando a população de todas as medidas restritivas, o Estado envia a mensagem de que, estando vacinado/a, não há mais razão para se preocupar.

As evidências nos apontam para o caminho contrário. Mesmo com boa cobertura vacinal, a transmissão do vírus continua ocorrendo, assim como mesmo casos leves podem deixar sequelas, muitas desconhecidas. Em prol do “retorno à normalidade”, cidades como o Rio de Janeiro erram ao ignorar o aprendizado da experiência de outros países e optar por retirar precocemente uma medida efetiva e de baixo custo, ao invés de adicionar protocolos de testagem em massa e investir em adequação respiratória, como o investimento em medidores de CO2 e filtros de ar.

Compreender que a sociedade brasileira lidará com o SARS-CoV-2 de forma endêmica não precisa significar o fim das medidas de prevenção e monitoramento. A espetacular adesão dos brasileiros à campanha de vacinação contra a Covid-19 não pode ser nosso parâmetro: vivemos em um único



planeta com fronteiras artificiais e, no globo, a pandemia está longe de acabar. Não haverá forma de fugir: precisamos repensar, todos, o ar que respiramos.

Bibliografia:

COSTA, G. Produção de máscaras cria alternativas para negócios. Agência Brasil, Brasília, 04/05/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/producao-de-mascaras-cria-alternativa-para-negocios>. Acesso em 16/11/2021.

GURDASANI, Deepti et al. Mass infection is not an option: we must do more to protect our young. **The Lancet**, v. 398, n. 10297, p. 297-298, 2021.

GREENHALGH, Trisha et al. Ten scientific reasons in support of airborne transmission of SARS-CoV-2. **The Lancet**, v. 397, n. 10285, p. 1603-1605, 2021a.

GREENHALGH, Trisha; OZBILGIN, Mustafa; CONTANDRIOPOULOS, Damien. Orthodoxy, illusio, and playing the scientific game: a Bourdieusian analysis of infection control science in the COVID-19 pandemic. **Wellcome Open Research**, v. 6, p. 126, 2021b.

IACOBUCCI, G. Covid-19: Government must reintroduce precautionary measures now, say health leaders. **BMJ**, v. 375, n. 2566, p. 1, 2021.

MORAWSKA, Lidia; MILTON, Donald K. It is time to address airborne transmission of coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Clinical Infectious Diseases**, v. 71, n. 9, p. 2311-2313, 2020.

SIMÃO, E. Em vídeo, Queiroga confirma que Saúde fará 'estudo' sobre uso de máscaras para atender Bolsonaro. Valor Econômico. Brasília, 10/06/2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/06/10/em-video-queiroga-confirma-que-saude-fara-estudo-sobre-uso-de-mascaras-para-atender-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 15/11/2021.

Recebido em: 20/11/2021

Aceito em: 10/12/2021

1 Doutoranda em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da UERJ e mestranda em Divulgação Científica e Cultural no Laboratório/Unicamp. E-mail: klimeckbeatriz@gmail.com
2 Mestrando em Comunicação na UFF. E-mail: holzmannralph@gmail.com
3 Tweet da conta @Prefeitura_Rio no dia 28/10 2021. Disponível em:
https://twitter.com/Prefeitura_Rio/status/1453754752949436424 Acesso em 15/11/2021.